

## O ABORTO E O GOVERNO DOS CORPOS FEMININOS: INTERLOCUÇÕES ENTRE SEXO, GÊNERO E RAÇA

*Taina Guerra Chimieski<sup>1</sup>*  
*Thais Geraldo de Oliveira Aguiar<sup>2</sup>*  
*Raquel Pereira Quadrado<sup>3</sup>*

### RESUMO

A interrupção da gestação é um tema gerador de discussões, dentro e fora das esferas acadêmicas e científicas. No Brasil de acordo com código penal a prática do aborto é considerada ilegal, permitida apenas quando a mulher for vítima de estupro, quando há risco de vida da mãe e em casos onde se comprova a não presença de cérebro no feto. O presente tra/balho tem como objetivo analisar os trabalhos produzidos sobre o aborto, os discursos presentes nestes, utilizando as ferramentas analíticas do discurso, de Michel Foucault. Para a produção deste artigo foi realizada uma busca no Catálogo de teses e dissertações da Capes, utilizando o indexador aborto. As análises apontam que a prática do aborto está presente em todas as classes sociais, todos os grupos raciais e em todos os níveis educacionais. Entretanto, tal prática não ocorre de forma homogênea em todos os grupos sociais. A interseccionalidade é bem marcada neste contexto, onde as maiores taxas de aborto estão entre mulheres de baixa escolaridade e renda, pretas, pardas e indígenas. Cabe destacar também que o aborto é uma questão de saúde pública, entretanto tem sido tratado pelo viés da moralidade e religiosidade. Assim, sua criminalização prioriza a função reprodutiva da mulher, ao invés de priorizar e proteger a autonomia da mulher sobre seu corpo.

**Palavras-chave:** Aborto; Educação; Interseccionalidade; Gênero.

1 Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – FURG. Email: [taina.bio@hotmail.com](mailto:taina.bio@hotmail.com);

2 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências – FURG. Email: [thaisaquiari.furg@hotmail.com](mailto:thaisaquiari.furg@hotmail.com)

3 Doutora em Educação em Ciências, Professora Associada do Instituto de Educação – FURG, vinculada ao PPG em Educação e ao PPG em Educação em Ciências - FURG. Email: [raquelquadrado@hotmail.com](mailto:raquelquadrado@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, múltiplos discursos emergiram sobre o corpo com os mais variados objetivos, dentre os quais podemos citar: descrever, analisar, categorizar, atribuir sentido, estabelecer normas, demarcar, instituir lugares. Assim, há muito tempo os corpos tem sido objeto de estudo, em especial da ciência, entendendo que para melhor controlá-lo era necessário primeiro conhecer seu funcionamento.

Venho pensando os corpos a partir dos estudos de Michel Foucault (2004, p. 22), como “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização”. Desta forma, considero que não existe apenas um corpo, mas sim corpos, múltiplos e distintos. Os corpos não são apenas a materialidade biológica que os constitui, são para além do biológico. Pensar os corpos nessa perspectiva me permite entender que eles estão em constante processo de reinvenção e ressignificação, constituindo-se como construções, fabricações, como aponta Silvana Goellner (2013, p. 30):

[...] mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é portanto algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz.

Compreender os corpos como construções biossociais não implica em negar a materialidade biológica, mas sim, entender que ela não é único fator que os constitui. Os corpos fazem sentido dentro de redes de significações culturais, históricas e sociais, carregam as marcas de sua época, suas crenças, sua posição social.

Os corpos foram e ainda são, alvos do poder. Entendendo o poder como sendo rizomático, capilarizado, tão ramificado que não é possível determinar onde ele começa e onde termina (Foucault, 2004). O poder não é, ele está sendo exercido, todos estamos envolvidos em relações de poder constantemente. Assim, ele não se encontra centrado em uma instituição ou em uma figura, tampouco é exercido de cima para baixo de forma opressora. O poder é capilarizado e está sempre presente, em todas as relações.

O que faz o poder se manter, que seja aceito, é simplesmente que não pesa somente como uma força que diz não, mas que, de fato, circula, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso; é preciso considerá-lo mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância negativa que tem como função reprimir. (Foucault, 2014, p.45)

Aqui estamos entendendo governo para além das estruturas políticas do Estado, ou seja, a “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 244). Assim, o governo dos corpos e das condutas ocorre em meio a relações de poder, em que somos “governados” uns pelos outros, através de “mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (Foucault 2009, p. 21). Desta forma, entendo que múltiplas estratégias e discursos atuam na produção e governo dos corpos, especialmente os femininos, tendo em vista o papel que lhe é atribuído no corpo-social.

Os discursos são produzidos em imbricadas relações de saber/poder. Assim, quem profere o discurso, os lugares por onde ele circula, produzem efeitos de verdade assumindo diferentes estatutos de legitimidade, a partir das relações de poder existentes. Isto ocorre “porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm efeitos de poder” (Foucault, 2003, p. 229). Nesse sentido, estou entendendo os discursos a partir de Foucault (2014, p. 60), “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

Dentre os discursos que circulam nas mídias atualmente, foco meu olhar sobre aqueles que tematizam sobre o aborto e com estes produzem estratégias de governo sobre os corpos das mulheres. O Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), determina no artigo 128 que o aborto só não é considerado crime nos seguintes casos: aborto necessário, quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e aborto no caso de gravidez resultante de estupro. Entretanto, em 2012 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma ação promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde do Brasil. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF n.º 54), julgada no Supremo Tribunal Federal, tinha como objetivo que a Corte Constitucional declarasse que o aborto de fetos anencéfalos não é crime. Após oito anos de tramitação, a ADPF foi julgada e o STF entendeu que em casos de anencefalia o aborto não é considerado crime.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os trabalhos produzidos sobre o aborto no Brasil e os discursos presentes nestes. Para tal ancorasse nas ferramentas analíticas do discurso, propostas por Michel Foucault.

## METODOLOGIA

Para a produção deste artigo foi realizada uma busca no Catálogo de teses e dissertações da Capes, no ano de 2023, utilizando o indexador aberto. Foram encontrados 1.580 trabalhos, sendo 1.140 dissertações e 381 teses. Estes estavam divididos em nove grandes áreas do conhecimento, sendo elas: Ciências Agrárias (270), Ciências Biológicas (151), Ciências da Saúde (576), Ciências Exatas e da Terra (9), Ciências Humanas (244), Ciências Sociais Aplicadas (218), Engenharias (5), Linguística, Letras e Artes (25), Multidisciplinar (97).

A escolha pelo Catálogo de teses e dissertações da Capes deve-se ao fato de este ser um portal de fácil acesso, possuir um banco de dados abrangente, e por se tratar de uma fonte de pesquisa relevante, a qual abarca as diferentes áreas do conhecimento humano. Neste estudo, iremos deter nosso olhar nos trabalhos encontrados na área das Ciências Humanas, buscando olhar o que estas produções apontam além do discurso biológico sobre o tema. Além de analisar a partir de qual viés o aborto é apresentado.

A maioria dos trabalhos encontrados estavam na área das Ciências da Saúde (576), seguido pelas Ciências Agrárias (270) e as Ciências Humanas (244). Devido à área de concentração de nossa pesquisa nos deteremos na análise dos trabalhos encontrados nas Ciências Humanas. O quadro abaixo apresenta as seis áreas que mais possuem trabalhos sobre a temática, nesta grande área do conhecimento.

**Tabela 1.**

Área do conhecimento	Número de trabalhos
Sociologia	45
Psicologia	43
Teologia	30
História	24
Educação	22
Antropologia	23

Tendo em vista o grande número de trabalhos já produzidos, busco analisar as 22 pesquisas enquadradas na área da Educação, sendo sete teses e quinze dissertações, realizadas entre os anos de 1991 e 2019. A escolha por este recorte deve-se à minha área de atuação, e a busca pelas discontinuidades discursivas que estas pesquisas podem conter. Assim, após a busca pelos trabalhos no Banco de Teses e Dissertações da Capes, foi realizada a catalogação por área do

conhecimento e posteriormente analisadas as vinte e dois pesquisas na área da Educação. As análises seguem a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na grande área das Ciências Humanas os primeiros trabalhos produzidos sobre o tema datam de 1987. E no ano 2018, 24 pesquisas foram realizadas sobre tal temática. O mesmo dado é observado ao analisarmos os dados gerais contabilizando um total de 149 pesquisas em 2018. Esta proliferação discursiva sobre tema se relaciona com alguns fatos que tem ocorrido desde 2016, como o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF), de uma ação contra cinco pessoas que trabalhavam em uma clínica que realizava abortos, em Duque de Caxias, RJ. Nesta ação O STF entendeu que a realização de aborto até os três meses de gestação não é crime. A decisão, embora seja específica, apenas para o caso em questão, reacendeu a discussão sobre a descriminalização do aborto.

Os trabalhos analisados embora apresentassem a palavra aborto pouco falavam sobre o tema. Doze pesquisas analisavam livros didáticos, jogos, revistas, documentos e cursos, que versavam sobre sexualidade e apontavam como estes artefatos poderiam ser utilizados em sala de aula. Sendo assim, o aborto normalmente aparecia no meio da pesquisa como uma temática ligada a sexualidade humana e pelo viés do aborto espontâneo e não como um tema a ser discutido de forma mais aprofundada, focando nos direitos reprodutivos da mulher e como uma questão de saúde pública.

Dentre as pesquisas também encontramos quatro trabalhos que buscavam compreender vivências e significações referentes à sexualidade, adolescência, família, aborto, diferentes gerações de mulheres. Para a produção destas pesquisas foram realizadas entrevistas com adolescentes grávidas e com mulheres entre 20 e 80 anos, buscando compreender quais eram as representações que estas mulheres tinham sobre gravidez, aborto e o papel da mulher na sociedade.

Nestas pesquisas a temática do aborto aparece com mais ênfase, visto que alguns relatos de abortos e de tentativas são mencionados pelas pesquisadoras. Embora os trabalhos tenham focos e objetivos diferentes um ponto em comum é destacado em todos eles, a necessidade de informação e educação sobre e para a sexualidade. Estes traziam alguns relatos de mulheres que sofreram abortos espontâneos e como elas lidavam com isso, além de questões referentes a sexualidade e machismo. Mas novamente as discussões se encerravam sem adentrar mais explicitamente os direitos reprodutivos da mulher.

Por fim, três pesquisas enquadradas no área da Educação versavam sobre temáticas diversas, como o aborto segundo o direito e a constituição, o aborto e a religião e um estudo de caso. Nestes trabalhos foi onde a temática propriamente dita do aborto apareceu, e justamente se ancorando em dois discursos ao qual o tema é muito associado, o jurídico e o religioso.

Os fundamentalistas querem voltar aos Estados religiosos em que a lei de uma religião é a lei da nação. Além disso, todos os fundamentalistas religiosos têm em comum a vontade de controlar os corpos das mulheres. A expressão mais clara disso é a hostilidade e o medo da sexualidade feminina e a recusa de compreender a capacidade biológica da reprodução como campo de escolha humana. Compartilham a ideologia da complementaridade entre os sexos, rechaçando os ideais de igualdade entre mulheres e homens (Pereira, 2013, p. 7).

Como aponta com Nancy Pereira, o discurso religioso tem o desejo de controlar e governar os corpos femininos. Embora a Constituição brasileira garanta a autonomia do poder político frente ao poder fundamentalista religioso, a crescente ocupação de cargos políticos por tais religiosos faz com que as decisões acabem sendo pautadas em valores morais e religiosos, não correspondendo aos princípios da liberdade e da igualdade do estado laico.

De acordo com Michel Foucault (2002, p. 297), o biopoder se exerce através de estratégias biopolíticas, que tem por finalidade a regulamentação da população, buscando prever seus eventos, “controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso, compensar seus efeitos”. Desta forma, o biopoder têm por finalidade fazer viver e apoia-se na medicina “para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências” (id., p. 295).

Nesse intuito de fazer viver o corpo social, a população, o corpo da mulher torna-se alvo de regulação e controle, tendo em vista sua função reprodutiva. Assim, o corpo feminino, por apresentar um importante papel social e político, é submetido à vigilância, disciplina e controle que atuam no governo de seu corpo e de sua vida. Esse governo dos corpos não ocorre de maneira uniforme, ou seja, não se exerce da mesma maneira sobre todos os indivíduos; por isso, existe a necessidade de uma atuação contínua através de diferentes instâncias e aparatos sociais (Santos, 2002).

Dentre as diversas formas de controle e governo dos corpos femininos, a gestão do aborto, especialmente através da sua criminalização, se transformou em uma das mais intensas e mais cruéis estratégias biopolíticas a recaírem sobre os corpos femininos. Conforme aponta Ana Delajustine (2020) o fundamentalismo

religioso, vem ganhando espaço e poder dentro da política brasileira, contribuindo na manutenção de leis conservadoras no que tange à sexualidade e reprodução. Em contrapartida, grupos como o Católicas pelo Direito de Decidir e o Evangélicas pela Igualdade de Gênero, realizam uma releitura dos textos religiosos, com o objetivo de informar mulheres sobre seus direitos sexuais e reprodutivos, auxiliando no processo de descriminalização do aborto.

Desta forma, os discurso religiosos e as estratégias biopolíticas seguem exercendo seu governo e poder sobre os corpos femininos, e ditando como estes devem se portar e qual a sua finalidade maior, a reprodução. Tirando da mulher o direito de gerência sobre seus corpos, sua autonomia e sua liberdade de escolha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil o aborto é crime de acordo com o código penal brasileiro, exceto em três circunstâncias. Entretanto, nos últimos anos temos percebido que mesmo nas exceções estipuladas pela lei a garantia da realização do aborto nem sempre tem sido cumprida. Vários são os casos de mulheres que tem que ingressar na justiça para terem seu direito ao procedimento assegurado.

Embora seja crime, isto não quer dizer que o aborto não é praticado no país. De acordo com os dados da última Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) de 2021, uma em cada sete mulheres, com idade próxima aos 40 anos, já fez pelo menos um aborto no Brasil. O levantamento aponta ainda que mais da metade (52%) do total de mulheres que abortou tinham 19 anos de idade ou menos, quando fizeram seu primeiro aborto.

As análises apontam que a prática do aborto está presente em todas as classes sociais, todos os grupos raciais e em todos os níveis educacionais. Entretanto, tal pratica não ocorre de forma homogênea em todos os grupos sociais. A interseccionalidade é bem marcada neste contexto, onde as maiores taxas de aborto estão entre mulheres de baixa escolaridade e renda, pretas, pardas e indígenas. Cabe destacar também que o aborto é uma questão de saúde pública, entretanto tem sido tratado pelo viés da moralidade e religiosidade. Assim, sua criminalização prioriza a função reprodutiva da mulher, ao invés de priorizar e proteger a autonomia da mulher sobre seu corpo.

## REFERÊNCIAS

DELAJUSTINE, Ana Claudia. **Clandestinas**: o impacto da criminalização na saúde mental e nos direitos humanos das mulheres que abortam. – Ijuí, 2020. 178 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Direitos Humanos.

DREYFUS, H. L; RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Poder e saber. In: Manoel Barros da Motta (Org.). **Ditos e escritos IV:** Estratégia, poder-saber. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.223-240.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 174p.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos:** curso no Collège de France, 1979-1980: excertos. Tradução: Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. 130p.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** História da violência nas prisões. 41.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 293p.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber.** 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 254p.

GOELLNER, Silvana. A produção cultural do Corpo. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana. **Corpo, gênero e sexualidade um debate contemporâneo na educação.** 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 30-42.

PEREIRA, Nancy Cardoso. **Palavras... se feitas de carne:** leitura feminista e crítica dos fundamentalismos. 1. ed. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir. 2013.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi. **Biopolíticas de HIV/AIDS no Brasil:** uma análise dos anúncios televisivos das campanhas oficiais de prevenção (1986-2000). Porto Alegre: PPG em Educação FAGED/UFRGS. Tese de Doutorado, 2002.